

Pobres indicadores ambientais

País enfrenta carência de informações vitais para o desenvolvimento sustentável

Há 10 anos, na Eco-92, o Brasil assumiu um compromisso de levar os indicadores de desenvolvimento sustentável para a nova reunião ambiental – a Rio + 10, que vai se realizar, a partir de agosto, em Johannesburgo, África do Sul. Ontem, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apresentou oficialmente 50 indicadores sociais, ambientais, institucionais e econômicos que não contêm, a rigor, nenhum dado inédito: trata-se apenas de uma coletânea, obtida de diversas fontes, com números já conhecidos. A novidade – ruim – admitida pelo IBGE, é que apesar de todo alvoroço da Eco-92, continua precária a investigação de dados ambientais no País.

A noção de desenvolvimento sustentável pressupõe uma sociedade que se transforma atendendo às necessidades do presente sem comprometer a sobrevivência das gerações futuras – ressalta a introdução do trabalho do IBGE. E satisfazer as necessidades atuais pressupõe também perseguir padrões de vida dignos para a

população. Não dá para *sustentar* durante muito tempo, por exemplo, comunidades que vivem sob o império da violência e da extrema pobreza gerada por disparidades sociais inaceitáveis.

É com este conceito que o IBGE integrou e relacionou as variadas dimensões que compõem os *Indicadores do desenvolvimento sustentável* lança-

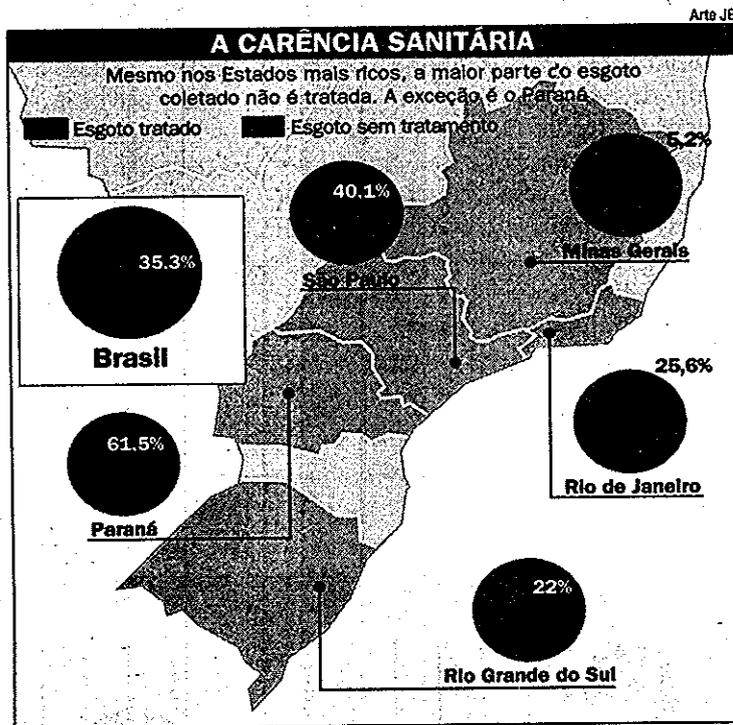
dos ontem no Rio. São números cruzados, que mostram por inteiro as contradições brasileiras, os avanços e os problemas seculares que estão longe de uma solução.

O levantamento traz, entre outros índices, as carências sanitárias, disparidades de renda, além da discriminação no trabalho relacionada a sexo e cor da pele, dados mos-

trados em levantamentos anteriores do próprio IBGE e de outras fontes. Em 2000, por exemplo, 64,7% do esgoto coletado em todo país, não era tratado. A violência preocupa: entre 1992 e 1999, o número de mortes por homicídios não parou de crescer: subiu de 19,12 para 26,18 por cada mil habitantes. E o mais grave é que nos anos mais recentes – que não foram contabilizados – a violência atingiu patamares mais graves, sobretudo nos grandes centros.

Mas num aspecto básico, a ambiental, o levantamento é frustrante: à procura de índices, o IBGE não encontrou informações consistentes sobre poluição nas áreas urbanas. E simplesmente não existem dados sobre qualidade da água que se consome, recursos hídricos, erosão do solo ou emissões ligados ao efeito-estufa, nem sobre a degradação de sistemas como o cerrado e a catinga.

Entre os índices que podem ser apontados como positivos, está a redução, em mais de duas mil toneladas – entre 1997 e 2000 – do consumo dos CFCs (clorofluorcarbonos), gases que atacam a camada de ozônio.



Desigualdade preocupa

Presidente do IBGE afirma que disparidade social precisa ser enfrentada

A desigualdade é insustentável. Com essas palavras, o presidente do IBGE, Sérgio Besserman Vianna explica a importância do cruzamento de dados sociais e econômicos com os ambientais, para dar consistência aos indicadores de desenvolvimento sustentável. Num país como o Brasil, sobretudo, a importância dos dados sobre as disparidades

sociais é irrefutável – acrescenta Besserman: “É um fenômeno histórico, antigo, que precisa da conscientização e mobilização de toda a sociedade para ser enfrentado”. Mas o presidente do IBGE chama a atenção para o fato de que os indicadores sociais têm melhorado no país, “apesar de persistirem altos índices de desigualdade”. Em re-

lação à carência de dados ambientais, o presidente do IBGE argumenta que o fenômeno não é restrito ao Brasil, mas ocorre em todo o mundo. “Sobretudo nos países em desenvolvimento”, acrescentou depois o diretor de geociências do Instituto, Guido Gelli. O secretário executivo do Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas, Fábio Feld-

man, coordenador da Rio + 10 Brasil – que começa domingo no Rio – manifestou uma preocupação adicional: o enfraquecimento generalizado dos órgãos ambientais no Brasil: “A Feema, no Rio, é um caso típico.” Na visão de Feldman, a área econômica ainda não vê os gastos em meio ambiente como investimento “mas como despesa”.